

## **PARECER Nº 49/2005**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 083/2005**

#### **RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em pauta, de autoria do Vereador João Rio Zampronio Villarino, que “Isenta de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, os proprietários de um único imóvel e que se enquadrem dentro do programa ‘bolsa família’”, sendo encaminhado a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para elaboração do competente Parecer.

#### **VOTO DO RELATOR**

Analizamos o Projeto de Lei em tela, que visa autorizar o Senhor Prefeito Municipal a isentar do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, o imóvel destinado a moradia dos proprietários de pequenos recursos que não possuam outro imóvel rural ou urbano.

Quanto aos aspectos referentes à constitucionalidade, legalidade e formalidades redacionais, levando-se em conta o Parecer elaborado pela Assessoria Jurídica da Casa pela ilegalidade do referido Projeto, passamos a expor o que segue:

*“Inicialmente vislumbramos várias incorreções no presente projeto, que apresenta uma redação na ementa (enquadramento do projeto bolsa família) ao passo que no corpo do projeto nada consta sobre isso, o que mostra então, divergência quanto ao objeto do projeto. Traz lacuna ao não definir ‘o que é proprietário de pequenos recursos’, o que torna impreciso o projeto. A artigo 2º, não cita qual lei fixará os limites de valor na qual serão os beneficiários enquadrados. Cuida-se de lei benéfica, de natureza tributária, que importa em diminuição da receita estimada. Por outro lado, o presente projeto interfere na execução orçamentária, e importa em renúncia de receita pelo Município, afrontando assim, os artigos 5º, 25, 47, incisos XI e XVII, 144 e 174 da Constituição do Estado de São Paulo. Não traz a estimativa de impacto financeiro-orçamentário. Entender diversamente seria então concluir que o Legislativo poderá em tese, tolher inteiramente a atuação do Executivo, tornando viável, em decorrência da perda de receita, a realização de pagamentos a que este esteja obrigado, conforme comentários da ADIN nº 99.132-0/1-00, que versa sobre matéria tributária. Dessa forma, somos pela ilegalidade do projeto em tela. É o Parecer.”*

Portanto, após analisarmos a todos os aspectos que nos compete, apresentamos à consideração da Comissão nosso **Parecer pela**

**Ilegalidade do Projeto de Lei nº 083/2005**, pois o presente projeto interfere na execução orçamentária, e importa em renúncia de receita pelo Município, afrontando assim, os artigos 5º, 25, 47, incisos XI e XVII, 144 e 174 da Constituição do Estado de São Paulo; e a alínea 'b', do inciso II, do § 1º, do artigo 61, da Constituição Federal, reservando ao Plenário a decisão final.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2005.

MÁRCIA REGINA ALE DEPERON - Vice-Presidente e Relatora

**PARECER Nº 049/2005**

**DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
AO PROJETO DE LEI Nº 083/2005**

De autoria do Vereador João Rio Zampronio Villarino,  
Projeto de lei que “Isenta de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, os proprietários de um único imóvel e que se enquadrem dentro do programa ‘bolsa família’”,

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reunindo seus membros nesta data para apreciar o Projeto supra, após ouvir os argumentos da nobre Vereadora Relatora, e, tendo em vista o Parecer da Assessoria Jurídica pela ilegalidade do referido Projeto, faz do competente Relatório o seu Parecer.

Esta Comissão, portanto, emite **PARECER PELA ILEGALIDADE** do Projeto de Lei Nº 083/2005, fundamentando que o presente projeto interfere na execução orçamentária, e importa em renúncia de receita pelo Município, afrontando assim, os artigos 5º, 25, 47, incisos XI e XVII, 144 e 174 da Constituição do Estado de São Paulo; e a alínea 'b', do inciso II, do § 1º, do artigo 61, da Constituição Federal, reservando ao Plenário a decisão final.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2005.

RAFAEL GUSTAVO CARDOSO FERREIRA  
**Presidente**

MÁRCIA REGINA ALE DEPERON  
**Vice-Presidente e Relatora**

SANDRA MARIA BONAN RENÓFIO  
**Secretária**